

Região deve atentar a risco ambiental, dizem docentes

Explosão, fogo e vazamentos mostram que Baixada precisa cuidar de fontes de perigo

DA REDAÇÃO

A Baixada Santista tem atividades econômicas com potencial de causar danos graves à natureza e à população, como nas tragédias de Mariana e Brumadinho (MG). O alerta, dado com exemplos recentes, partiu de professores que, na última quinta-feira, participaram de aula inaugural para alunos de cursos da Universidade Católica de Santos (Unisantos) – como Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia Ambiental e Engenharia Civil.

Os docentes citaram fatos como o incêndio de tanques de combustível da Ultracargo, na Alemoa, em abril de 2015 e que durou nove dias; o vazamento de gás derivado de cloro na Localfrío, em Guarujá, em 2016; e o incêndio, com a liberação de gases nitrosos, na Vale Fertilizantes, no Polo Industrial de Cubatão, em 2017.

Com base nessas ocorrências, a professora e doutora em Direito Ambiental Maria Fernanda Britto Neves, reforça a existência de pontos, na região, que merecem muita atenção e se mostraram perigosos.



Professor afirma que, após tragédia na Vila Socó, segurança melhorou

A professora Vivian Merola, doutora em Saúde Global e Sustentabilidade e gestora de projetos ambientais, ressaltou os riscos tecnológicos próximos e tratou da importância da chamada gestão de risco. “Quando o empreendimento é planejado, tem todo o repertório focado no licenciamento. Se, apesar de todo monitoramento correto e responsável, o acidente acontece, ainda existem ferramentas para redu-

zir ao máximo os danos do processo”, destaca.

O professor Jhonnes Alberto Vaz, engenheiro cartógrafo, destaca haver tecnologias para evitar incidentes e para buscar soluções caso aconteçam.

“Existem tecnologias para isso, como trabalhar com imagens de satélites e sistema de informação geográfica para poder ajudar na tomada de decisões, buscas e para entender os estragos”, observa.

ARQUIVO A TRIBUNA - 2/1984

RESPONSABILIDADES

O professor Fernando Rei, doutor em Direito Internacional, do Estado e Ambiental, acredita que após 1984, ano do incêndio na Vila Socó, em Cubatão, a segurança no Polo Industrial e na vizinhança melhorou.

Na época, centenas morreram e milhares ficaram desabrigados, após o vazamento de 700 mil litros de gasolina de um duto da Petróbras que passava sob as palafitas da favela.

Rei explica que os órgãos controladores não tinham acesso às empresas do Polo Industrial porque o governo era militar, e a área, de segurança nacional. Depois, os órgãos fiscalizadores puderam agir.

As ocorrências pontuais registradas mais recentes, segundo ele, se dão pelo perfil das indústrias, de alto risco. Porém, vê que a crise fez cair investimentos e número de funcionários, dificultando a prevenção.

Fernando Rei reforça ser necessário reavaliar a atuação dos órgãos fiscalizadores com relação às fontes de alto risco.

COM INFORMAÇÕES DE MATHEUS MÜLLER



Unisantos relacionou Mariana e Brumadinho a questões regionais

FATOS E RESPOSTAS

Repetição

>>>A ocorrência em Brumadinho, em 25 de janeiro e na qual, até ontem, eram confirmados 165 mortos e 160 desaparecidos, se deu quase três anos após o rompimento da barragem de Fundão, que resultou em 19 mortes e em desabrigados em Bento Rodrigues, no subdistrito de Mariana (MG). A nova tragédia já é considerada o maior acidente de trabalho da história do País.

Para emergências

>>>A professora Vivian Merola afirma que o programa Apell (sigla em inglês para Alerta e Preparação de

Comunidades para Emergências

Locais) deveria ser mais bem desenvolvido no Brasil. Lançado em 1988, tem por objetivo preparar as comunidades próximas às áreas industriais e estabelecer formas de alerta-las para possíveis situações de emergência.

>>>“Se acontecer (o incidente), o que fazer? Quais as rotas de fuga? É preciso realizar simulados e tratar a questão de maneira responsável, mas as empresas se furtam e não falam dos riscos às comunidades”, completa a também Maria Fernanda Britto Neves.



Mineradoras de pequeno porte ou desativadas deixaram instalações

Ameaça: barragens de empresas falidas

DE SÃO PAULO

■ ■ ■ O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho reacendeu o debate sobre a eficiência da fiscalização da atividade de mineração no País, trazendo a reboque outra questão: o que fazer se uma tragédia no futuro envolver não a gigante multinacional, com recursos para pagar multas bilionárias, mas uma empresa de pequeno porte, desativada ou até falida?

Trata-se de um perigo real, segundo especialistas do setor. As barragens mais vulneráveis de Minas Gerais, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), pertencem a empresas que hoje estão com as atividades paralisadas.

A barragem de mais alto risco de Minas Gerais é a da Mina Engenho, da Mundo Mineração, companhia que deixou de operar no município de Rio Acima há

mais de seis anos. Sem manutenção desde então, a única sinalização que a barragem recebeu foram placas que alertam para a presença de material tóxico usado na extração de ouro, como arsênio e mercúrio.

É a situação mais grave, mas longe de ser a única: o outras duas minas com atividades paralisadas também são consideradas mais perigosas que a instalação da Vale em Brumadinho.

A situação já chamou a atenção do Ministério Público de Minas Gerais, que investiga operações.

A questão das minas abandonadas em Minas Gerais não é desconhecida do poder público. Em 2016, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, do Governo mineiro, detectou nada menos do que 400 minas abandonadas ou desativadas no Estado. (Estadão Conteúdo)